COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

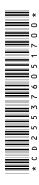
SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.499, DE 2023

Dispõe sobre a proteção das pessoas neurodivergentes, de modo a promover-lhes condições de inclusão e acessibilidade.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção das pessoas neurodivergentes, com vistas a promover sua inclusão e acessibilidade, criando condições para aprimorar seu funcionamento cognitivo, emocional e comportamental.
- Art. 2º São diretrizes para a atenção à saúde de pessoas neurodivergentes:
 - I a atenção integral à saúde;
- II o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa neurodivergente;
- III o estímulo à educação em ambiente inclusivo, com a utilização de recursos pedagógicos especiais sempre que necessário;
- IV a inserção da pessoa neurodivergente no mercado de trabalho formal, observadas as especificidades de cada transtorno;
 - V a intersetorialidade no cuidado à pessoa neurodivergente;
- VI a participação de pessoas neurodivergentes na formulação, execução e avaliação de políticas públicas;





VII - o estímulo à educação em classes regulares sempre que possível e em ambiente inclusivo; e

VIII - o incentivo à inclusão de conceitos relacionados à neurodiversidade na formação e na capacitação dos profissionais de saúde e de educação.

Art. 3º A pessoa com neurodivergência não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição.

Parágrafo único. Nenhuma pessoa jurídica de direito privado que opere planos de assistência à saúde plano de saúde privado poderá negar autorização para atendimento especializado à pessoa com neurodivergência, nos termos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 4º O Sistema Único de Saúde (SUS) deverá ofertar atendimento especializado, inclusivo e humanizado, às pessoas com neurodivergência.

Art. 5° O SUS ofertará assistência terapêutica integral às pessoas neurodivergentes nos termos da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 6° Em concursos e processos seletivos públicos, será garantida a reserva de vagas por cotas a pessoas com deficiência para as pessoas neurodivergentes que atenderem aos critérios de que trata o art. 2° da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Art. 7º O Poder Executivo poderá dispor de medidas de compensação e incentivo a empresas que executem medidas inclusivas e de valorização a profissionais neurodivergentes.

Art. 8º É considerado crime, correlato ao de racismo, e sujeito às mesmas consequências penais, a discriminação e o preconceito contra pessoa neurodivergente em razão de sua condição.





Art. 9º É instituído o "Dia Nacional de Luta das Pessoas Neurodivergentes", a ser celebrado, em todo o território nacional, anualmente, em 30 de maio.

Art. 10. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

| "Art. 3° |
|---|
| XVI – garantia de que todos os alunos tenham acesso participação e aprendizagem, independentemente de sua características, necessidades, habilidades ou diferenças devendo a educação especial ser oferecida na perspectiva inclusiva." (NR) |
| "Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem e altas habilidades ou superdotação: |
| " (NR) |
| |

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2025

Deputado **RUY CARNEIRO** Presidente



